



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.128, DE 2012**

**(Do Sr. Mandetta)**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a aquisição de veículo motorizado de duas rodas.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL 2152/2007.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 122 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a venda de veículo motorizado de duas rodas a pessoa física habilitada, mediante apresentação do documento de habilitação do proprietário.

Art. 2º O art. 122 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com o seguinte parágrafo único:

“Art. 122. ....

.....

Parágrafo único. A nota fiscal ou o documento equivalente previstos no inciso I só poderão ser emitidos, nos casos de venda de veículos motorizados de duas rodas, em nome do proprietário, pessoa física, mediante a apresentação do documento de habilitação exigido para a condução desses veículos. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Os índices de acidentes de trânsito envolvendo os veículos motorizados de duas rodas apresentam crescimento vertiginoso, deixando as autoridades de trânsito e de saúde pública em estado de alerta.

A demanda das unidades de transporte de urgência pelo atendimento de emergência está impactando o orçamento da saúde, a ponto de ser classificada na categoria de epidemia pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco.

O orçamento da previdência mostra comprometimento crescente com o aumento dos pedidos de auxílio, na forma da prestação continuada,

por jovens mutilados, e de pensão, devido aos óbitos de condutores dos veículos referidos.

Às facilidades de aquisição e de manutenção desses veículos, somam-se a ineficiência do transporte público brasileiro e a deficiência de fiscalização, sobretudo para uma frota que quadruplicou nos últimos dez anos.

Para reduzir os acidentes de trânsito e compensar as deficiências observadas, proponho a matéria ora apresentada, confiante na repercussão positiva da exigência de apresentação do documento de habilitação requerido do comprador pessoa física para a condução do veículo motorizado de duas rodas. Afinal, a posse desse documento implica na formação correta do condutor, quanto ao conhecimento da legislação e à prática da direção defensiva, aspectos fundamentais à segurança do trânsito.

Como partidário da prevalência da função social da propriedade sobre o interesse pessoal, conto com o apoio dos nossos Pares para a aprovação desse projeto de lei.

Sala das Sessões, em 07 de fevereiro de 2012.

Deputado MANDETTA

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---------------------------------------------------------------------------------------------

**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997**

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

## CAPÍTULO XI DO REGISTRO DE VEÍCULOS

.....

Art. 122. Para a expedição do Certificado de Registro de Veículo o órgão executivo de trânsito consultará o cadastro do RENAVAM e exigirá do proprietário os seguintes documentos:

I - nota fiscal fornecida pelo fabricante ou revendedor, ou documento equivalente expedido por autoridade competente;

II - documento fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores, quando se tratar de veículo importado por membro de missões diplomáticas, de repartições consulares de carreira, de representações de organismos internacionais e de seus integrantes.

Art. 123. Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando:

I - for transferida a propriedade;

II - o proprietário mudar o Município de domicílio ou residência;

III - for alterada qualquer característica do veículo;

IV - houver mudança de categoria.

§ 1º No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de trinta dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.

§ 2º No caso de transferência de domicílio ou residência no mesmo Município, o proprietário comunicará o novo endereço num prazo de trinta dias e aguardará o novo licenciamento para alterar o Certificado de Licenciamento Anual.

§ 3º A expedição do novo certificado será comunicada ao órgão executivo de trânsito que expediu o anterior e ao RENAVAM.

.....

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------